



Projeto de Resolução n.º 28/XV /1ª

Recomenda ao Governo que complemente o Programa de Estabilidade com um Programa de Investimentos na Defesa Nacional

Exposição de motivos

O Programa do XXIII Governo Constitucional apresentado no dia 1 de abril de 2022, reconhece que a invasão da Ucrânia pela Rússia irá ter um efeito acelerador no aprofundamento das políticas de segurança e defesa no quadro da NATO e também da União Europeia.

O CHEGA é um partido perfeitamente alinhado com o que tem sido o posicionamento de Portugal relativamente a estas instituições. Igualmente, algumas das reivindicações do CHEGA apresentadas no Programa Eleitoral, têm reflexo no Programa do Governo, como seja o reforço de capacidades operacionais das Forças Armadas, reforço dos apoios aos ex-combatentes do ultramar, implementação de um quadro permanente de praças entre outras medidas relevantes que esperamos ver concretizadas.

Em entrevista à rádio Renascença no dia 10 março, já depois do início da invasão da Rússia na Ucrânia iniciada a 24 de fevereiro, Sua Exa. o Ministro da Defesa indicava o compromisso de Portugal de subir os gastos com a Defesa para 1,68% do PIB até 2024, "(...) se as circunstâncias nos permitem."¹.

Face ao contexto atual, acreditamos que urge ao Governo português a tomada de uma posição pró-ativa no compromisso de maior investimento na área da Defesa, e que tal esforço deve ser iniciado o quanto antes, sendo associado a um plano devidamente elaborado no que diz respeito

¹ <https://observador.pt/2022/03/10/objetivo-de-168-do-pib-em-defesa-para-2024-tera-de-ser-repensado-afirma-gomes-cravinho/>

à Defesa Nacional. O próprio Programa eleitoral do CHEGA, de 23 de dezembro de 2021, preconizava um crescimento gradual dos gastos em defesa até 2% em 2024, no entanto, a atual conjuntura geopolítica obriga a uma implementação mais célere deste desígnio estratégico.

Países como a Alemanha, por exemplo, já anunciaram publicamente aumentar os gastos em Defesa para 2% do PIB no curto prazo. Acreditamos que neste domínio deve Portugal também tomar a dianteira dos países da NATO que assumem o referido compromisso.

Na já mencionada entrevista, o Ministro da Defesa assume a ponderação sobre a revisão em alta daquele valor. Tendo o Ministro referido ainda que “Vai haver uma cimeira da NATO em junho e penso que esse é o momento adequado para Portugal fazer anúncios de médio e longo prazo se isso não for já feito no programa de governo do próximo governo.”

Pois bem, apresentado o Programa de Governo, este não faz referência a qualquer meta em termos de gastos de defesa em percentagem do PIB. Apresentado, também, o Programa de Estabilidade para 2022 – 2026, importa referir que este é omissivo em matéria de defesa, ignorando completamente a actual conjuntura geopolítica e instabilidade provocada pela invasão da Rússia na Ucrânia.

Portanto, atendendo à circunstância que não basta alocar verbas a um determinado ministério, e uma vez que a guerra na Ucrânia deixou evidente que um país sem paz é obviamente um país sem qualquer estabilidade económica, urge elaborar um plano de Investimentos Defesa Nacional que complemente o Programa de Estabilidade.

Assim, a Assembleia da República, nos termos do nº 5 do artigo 166º da Constituição, por intermédio do presente Projeto de Resolução recomenda ao Governo que:

1. Complemente o Programa de Estabilidade com um Programa de Investimentos na Defesa Nacional;
2. Atualize já para 2022 o objetivo de gastos com a Defesa em 2% do PIB nacional;
3. De acordo com o previsto na Cimeira de Gales da NATO em 2014, atinja o patamar de 20% da despesa anual de Defesa em novos equipamentos militares.

Os Deputados do Grupo Parlamentar do CHEGA,

André Ventura

Bruno Nunes

Diogo Pacheco de Amorim

Filipe Melo

Gabriel Mithá Ribeiro

Jorge Galveias

Pedro Frazão

Pedro Pessanha

Pedro Pinto

Rita Matias

Rui Afonso

Rui Paulo Sousa